

duzir toda essa colecção de visões introdutórias, é o retomar métodos de trabalho sobre problemas precisos, a resolver em termos architectónicos, e do qual são exploradas as suas diversas implicações pondo em prática os métodos próprios de cada disciplina, procurando as fontes e a assistência como tutores especialistas que guiem os grupos de trabalho numa pesquisa eminentemente activa e operativa em ordem ao fim próprio da arquitectura.

Mais: no âmbito da universidade renovada que fomenta um intenso comércio entre faculdades e institutos, esse mesmo problema a resolver beneficiaria de trabalho em equipa de alunos de diversas formações, antecipando um diálogo entre profissionais actualmente erigido de dificuldades, precisamente porque durante o período formativo se impossibilita um diálogo e condições de entendimento no trabalho em ordem aos comuns objectivos humanos a realizar.

Alfredo
de
Sousa

Novos aspectos da assistência técnica francesa aos países subdesenvolvidos

1. A assistência técnica prestada pela França aos países subdesenvolvidos é relativamente uma das mais completas e extensas do mundo. Aliás, a França é também o país que consagra maior percentagem do seu rendimento nacional ao auxílio financeiro aos países do «terceiro mundo».

A importância do auxílio económico prestado pela França tem sido muito criticada por alguns (Raymond CARTIER... e os «cartieristas») e defendida com sólidos argumentos por outros (Rapport JEANNENEY). Sem atender à decisão desta controvérsia, o auxílio económico sob qualquer das suas formas tem aumentado continuamente e alcançado um êxito suficiente para permitir à França desfrutar de uma posição de prestígio nos países subdesenvolvidos e de real influência naqueles que outrora foram suas colónias.

Mas apesar do esforço consentido, há inúmeras carências nos países assistidos que ainda não foram supridas. Por isso, tem-se procurado pôr em execução novas formas de auxílio, nomeada-

mente no que respeita a assistência técnica. Nos últimos anos foram estabelecidas duas novas modalidades de assistência técnica, a segunda das quais muito original: os «Voluntários do Progresso» e o «Serviço Militar Cooperação».

2. Os «Voluntários do Progresso».

Nos fins de 1963 foi criada a «Associação Francesa dos Voluntários do Progresso» que visa recrutar jovens para a assistência técnica ao exterior, a exemplo do «Peace Corps» americano. A Associação é dirigida por uma equipa — presidida pelo Ministro da Cooperação — que procede ao recrutamento, à selecção e à formação dos candidatos e ao enquadramento destes nos locais de trabalho.

Os «voluntários» — e apenas de voluntários se trata — são recrutados entre os jovens que não possuam qualquer licenciatura ou curso técnico superior, mas que tendo qualquer qualificação profissional desejam colaborar na assistência técnica exterior. Presentemente recrutam-se apenas jovens solteiros do sexo masculino, mas é provável que venham a recrutar-se jovens solteiros de ambos os sexos e jovens casais.

Os jovens que se inscrevem frequentam um curso em França (Meudon) no final do qual se procede à selecção; no ano lectivo de 1963-64, de 152 candidatos foram aceites 91, havendo, portanto, 40 % de eliminações.

Esta selecção que se pretende rigorosa obedece a três critérios: capacidade técnica, capacidade de convivência humana e capacidade física.

Estes critérios são, como é natural, função das tarefas a que genericamente se destinam os «voluntários». Com efeito, constatou-se que a maior parte dos países assistidos careciam de pessoal técnico a nível intermediário, sobretudo no que se referia à assistência e divulgação técnica na agricultura. Faltavam-lhes não tanto agrónomos como pessoal de campo, monitores de contacto directo e de divulgação, e agentes com formação polivalente. Muitos dos planos traçados para a agricultura não eram ou não são levados a efeito por falta de quem execute as tarefas concretas junto dos camponeses.

Os «voluntários» têm principalmente a seu cargo esta tarefa de contacto directo com as populações, isto é, trabalham com elas tentando comunicar-lhes novas técnicas e novos hábitos, através do exemplo e da persuasão. Esta «acção de base» é delicada e requer, portanto, qualidades humanas de relação e de adaptação, a par de competência técnica. É por isso que os «voluntários» trabalham em equipas de três e são recrutados entre os jovens agricultores

com alguma formação profissional, e ainda entre os mecânicos, carpinteiros, pedreiros, etc. Simultaneamente requer-se capacidade física, pois, por via de regra, vão trabalhar em países tropicais, no campo, entre as populações rurais mais atrasadas. A sua ambientação e conhecimento do país de destino é feita num segundo estágio realizado localmente nesse mesmo país, pois é necessário que sejam capazes de se integrarem no meio e no ambiente das populações que assistem, sem se imiscuirem na vida política local.

Os «voluntários» contratam-se por dois anos e são pagos pelo Ministério da Cooperação francês (antigo Ministério do Ultramar). No fim dos dois anos de contrato recebem em França uma indemnização de cerca de 43 contos (300 frs. por mês acumulados). Beneficiam de alojamento e meios de transporte para levarem a efeito a sua acção, além de terem direito à assistência social prestada correntemente a todo o trabalhador francês.

Presentemente, o seu campo de acção tem sido a África negra, onde trabalham cerca de 200 voluntários em 7 países da antiga comunidade francesa. A sua acção tem sido frequentemente louvada e os governos dos países assistidos reclamam um número crescente desses «voluntários», que preferem aos colonos agrícolas de origem europeia. Simplesmente, como o sucesso desta iniciativa depende das qualidades pessoais dos «voluntários», a rigorosa selecção feita não tem permitido um aumento substancial do seu número. Prudente e sábiaamente prefere-se, em tarefa tão delicada, a qualidade à quantidade.

3. O «*Serviço Militar Cooperação*».

Em princípios de 1963 foi assinada uma convenção entre o Ministério do Exército e o Ministério da Cooperação que estabeleceu a possibilidade de os mancebos que vão prestar serviço militar poderem ser postos à disposição dos serviços de assistência técnica ao exterior. Nova convenção em 1964 estabeleceu que os referidos mancebos ficariam isentos de prestar os 4 meses normais de recruta, a partir de Janeiro de 1965.

Em resumo, aquelas convenções significam o seguinte: os militares que não sejam oficiais ou sargentos de carreira ou que não se candidatem a nenhuma escola militar, e aptos aos serviço no ultramar, podem requerer voluntariamente, 4 meses antes da sua incorporação nas forças armadas, o privilégio de permutarem o seu serviço nas fileiras por um contrato de assistência técnica no exterior, num posto de acordo com a sua formação profissional: ensino, infraestruturas, administração, economia, saúde, serviços rurais e cooperação cultural.

Depois de feita a selecção dos candidatos, os seleccionados são submetidos a um estágio, findo o qual são destinados ao exterior.

Comprometem-se com um contrato de 9 a 13 meses de serviço de assistência técnica, salvo os destinados ao ensino, cujo contrato mínimo é de dois anos.

Por via de regra, podem candidatar-se os estudantes de nível universitário, mas são admitidos não estudantes com certas qualificações profissionais: mecânicos, técnicos audio-visuais, contra-mestres de trabalhos públicos, etc.

Durante o seu contrato permanecem sob a alçada do Exército e disciplinarmente affectos ao Adido Militar da Embaixada francesa local, embora funcionalmente sejam orientados pelo serviço de assistência técnica a que pertencem. Recebem um vencimento mensal de 1000 a 1500 francos, conforme o custo de vida local, e têm direito a alojamento. Os candidatos, findo o período de serviço militar, podem continuar ao serviço da assistência técnica, mas então sob um contrato civil. Aqueles que forem casados não podem fazer-se acompanhar da mulher, salvo se esta possuir qualificações suficientes e quiser fazer um contrato também para serviços de assistência técnica, nomeadamente no ensino.

As candidaturas deviam inicialmente ser submetidas unicamente ao Ministério da Cooperação, pois o serviço militar cooperação destinava-se apenas aos países da antiga Comunidade Francesa cujas relações dependem daquele Ministério. Porém, o âmbito desta experiência alargou-se sucessivamente e hoje os candidatos podem postular lugares em inúmeros países do mundo a quem a França presta assistência. Assim as candidaturas podem apresentar-se ao Secretariado de Estado dos Negócios Argelinos para a Argélia, ao Ministério de Estado dos Departamentos Ultramarinos para as possessões francesas, e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para os outros países.

Todos os países interessados apresentam uma lista das suas necessidades, mediante o exame das quais lhes são submetidas para aprovação as candidaturas dos interessados já seleccionados.

Actualmente prestam assistência técnica sob este regime cerca de 4500 militares, dos quais 1400 em países da antiga Comunidade, 2000 na Argélia, 550 nas possessões francesas e 550 em outros países estrangeiros. Apesar deste número elevado, ainda há lugar para muitos mais, pois a experiência tem sido concludentemente positiva.

Inquéritos feitos em países africanos têm recolhido respostas altamente favoráveis dos responsáveis locais (*Le Monde*, 16/12/64); o número de candidaturas tem aumentado de ano para ano, e uma razoável percentagem destes militares recontrata-se civilmente, uma vez terminado o seu serviço militar.

É evidente que não tem deixado de haver problemas de adaptação local, mas no conjunto os resultados são satisfatórios. A experiência vai aconselhando determinadas medidas, principalmente a de não deixar isolados os recém-vindos, mas sim integrá-los em

equipas. No domínio do ensino pensa-se alargar as facilidades de recrutamento, pois não querem as autoridades francesas deixar de prover este sector como meio de manter a influência cultural francesa, que é a menos contingente e mais segura e perdurável das influências, ao mesmo tempo que assim prestam um inestimável serviço aos países subdesenvolvidos tão carecentes de pessoal de ensino.

Esta fórmula inovadora é um apreciável complemento da assistência técnica normal, mais barata e extremamente simpática. Tanto em França como no exterior tem merecido entusiástico acolhimento pela sua originalidade e eficiência. Realmente trata-se de dar oportunidade a um instrumento de guerra de executar um serviço de paz. É possível que esta fórmula original faça carreira em alguns outros países, o que permitirá, sem dúvida, encaminhar para tarefas construtivas uma parcela do imenso esforço militar que hoje se realiza em todo o mundo.

*António
Malta*

A organização dos meios humanos na empresa

1. Para poder desempenhar a sua função económica geral — produção de bens ou prestação de serviços — a empresa tem necessariamente que contar com uma certa «dose» de meios humanos, de meios técnicos e de meios financeiros.

Do nível de acerto na selecção, no doseamento e no agrupamento desses meios e do grau de coordenação e de convergência da sua participação na série de actos do dia-a-dia da empresa dependerá o grau de prosperidade dessa mesma empresa e o nível de desempenho daquela sua função. Daqui resulta um elevado número de problemas: volume necessário de capitais, dimensão tecnológica óptima, nível de salários, qualificação da mão-de-obra, grau de preparação dos chefes, estilo de comando, grau e natureza da adesão dos subordinados, etc., problemas que pertencem afinal ao conjunto de preocupações da organização da empresa.

Dentre esta problemática, iremos referir alguns imperativos e aspectos que condicionam ou caracterizam a organização dos meios humanos.